SALÁRIO-FAMÍLIA — CASAMENTO COM SEPARAÇÃO DE CORPOS

— É devido o salário-família ao servidor cuja filha se casou com separação de corpos, até que ela atinja a idade legal em que se admitem as justas núpcias.

PARECER

A Chefia da S.P.C.P. solicita o pronunciamento dêste S.J. sobre a permanência do pagamento do salário-família a um servidor cuja filha, menor, se casou com separação de corpos, “continuando a viver em companhia e sob a dependência exclusiva do dito servidor”.

2. O decreto n.º 5.976, de 10-11-43, que instituiu o regime de salário-família, dispôs no seu art. 9.º, *in verbis*: “Art. 9.º Consideram-se dependentes, desde que vivam total ou parcialmente a expensas do servidor ou inativo: a) filho menor de 21 anos; b) o filho inválido, de qualquer idade. — Parágrafo único. Compreende-se nas alíneas a e b os filhos de qualquer condição, os enteados e os adotivos.”

3. Como sabido, a jurisprudência administrativa se tem orientado no sentido de excluir, para o efeito do pagamento do salário-família, os menores de 21 anos, emancipados na forma da lei civil.

4. Cifra-se, pois, a questão, em última análise, em decidir-se se, para os efeitos do pagamento do salário-família, a emancipação pelo casamento, a que se refere o n.º II, do art. 9.º, do Código Civil, deve — quando o menor, após o casamento, continua a viver a expensas do servidor — incluir a hipótese prevista no art. 214 do Código Civil, *in verbis*: “Art. 214. Podem, entretanto, casar-se os referidos menores, para evitar a imposição ou o cumprimento de pena criminal. — Parágrafo único. Em tal caso, o juiz poderá ordenar a separação de corpos, até que os cônjuges alcancem a idade legal.”

5. Como é corrente e moente, o fim visado, com a adoção do salário-família, foi, precisamente, o de bene-

ficiar as famílias numerosas, auxiliando os chefes na subsistência e educação dos dependentes, o que, aliás, ressalta, de maneira inequívoca, do art. 2.º do decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943, quando diz: “Art. 2.º. Será cassado o salário-família do servidor ou inativo que, comprovadamente, descurar da subsistência e educação dos dependentes. — Parágrafo único. A concessão será restabelecida se desaparecerem os motivos determinantes da cassação.”

6. Ora, não há negar que o alcance sociológico e humanitário da lei é a preocupação dominante no campo da interpretação, em nossos dias, fazendo com que o direito se transforme numa coisa viva, atuante, em que a rigidez das suas normas se flexione e se adapte às mutações da vida real.

Insurgindo-se contra o afastamento do direito das chamadas realidades sociais, e contra os excessos de uma “geometria jurídica”, Henri de Page adverte que o intérprete não pode permanecer surdo e alheio às imposições do real e da vida, e acrescenta: “Il est appelé à régir des hommes, c'est-à-dire des êtres qui se meuvent, pensent, agissent, changent, se modifient. Le but de la loi ne doit pas être d'immobiliser la vie, de la cristalliser, mais de rester en contact étroit avec elle, de la suivre dans son évolution et de s'y adapter (2). Il en résulte que le droit a un rôle social à remplir, et que le juge doit y participer, en interprétant les lois non point seulement d'après leur texte et leurs mots, mais d'après les nécessités sociales qu'elles sont appelées à régir, et d'après les exigences de la justice et de l'équité qui en constituent le but. En d'autres mots, l'interprétation des lois ne doit pas être

formelle; elle doit être avant tout réelle, humaine, socialement utile.” (Henri de Page, *Traité élémentaire de Droit Civil Belge*, 1948, t. 1, p. 251). Aliás, como observa Geny, já Ihering, muito antes, na Alemanha, se levantara, com ardor, contra o processo das construções *a priori* e das deduções geométricas (François Geny, *Méthode d'interprétation et sources en droit privé positif*, 1919, t. 1.º, p. 8).

7. A harmonia social, visada, sobretudo, pelo direito, só pode realizar-se, na sua plenitude, quando, na interpretação da lei, se procura atingir a justiça do caso concreto, na qual se define e se configura a equidade. É de mister se não perder de vista a lição de Capitaint, quando mostra a necessidade, para o juiz, no comércio cotidiano, de adaptar a regra aos fatos, dizendo:

“Le magistrat n'est pas libre comme le théoricien; il est dominé par les intérêts qui s'agitent devant lui; un besoin irrésistible le pousse à adapter le règle aux faits, et, quand il y a désaccord entre elle et eux, à négliger la volonté du législateur, pour chercher une interprétation conforme aux nécessités présentes.” (Henri Capitaint, *Introduction à l'étude du droit civil*, 1929, p. 98).

8. No caso em exame, continua, certamente, o servidor com os encargos

da subsistência e da educação da filha, não se podendo, por conseguinte, querer situar essa situação, que é excepcional, dentro do critério geral da emancipação pelo casamento, na forma do que preceitua a lei civil. Por outro lado, é a própria lei civil que, em considerando as circunstâncias especiais do caso, arma o juiz do poder de ordenar, em determinadas condições, a separação dos cônjuges, até que alcancem a idade legal. Como, entretanto, admitir-se o uso desse poder se êle vier a acarretar, em determinado caso, como consequência inelutável, a diminuição dos vencimentos para o servidor, que continua com os encargos da subsistência da filha?

Está claro, conseguintemente, que está em foco uma situação especial, excepcional, à qual se não podem aplicar princípios comuns, que briguem com a finalidade social visada pela instituição do regime do salário-família.

9. À vista destas considerações, opinamos pela manutenção do pagamento do salário-família ao servidor, até que a filha atinja a idade legal em que se admitem as justas núpcias (16 anos para a mulher e 18 para o homem).

Este é o nosso parecer, s. m. j.

Rio, 16 de janeiro de 1951. — *Javert de Sousa Lima*, Procurador do I. A. P. C.